



HOMERO SANTOS

É fundamental que os servidores sejam ouvidos

Discutir os problemas dos servidores públicos brasileiros exige, hoje, antes de qualquer posicionamento, uma definição sobre o que se pretende atingir num universo extremamente complicado, que tem desafiado sucessivos governos e regimes, sem mostrar um avanço significativo, que possa, pelo menos, ser considerado inovador.

Na realidade, o que se tem assistido nos últimos anos, e nós, como parlamentares, somos testemunhas disso, foram tentativas frustradas do próprio Poder Legislativo em favor dos chamados «trabalhadores burocráticos». A luta pela adoção de um novo Estatuto para os servidores públicos, por exemplo, tem consumido tempo e dinheiro, e só agora parece que sairá das gavetas do Governo.

Sem pretender procurar culpados, pois isso seria uma perda de tempo, entendo que a questão dos servidores deve ser apreendida a partir de uma realidade muito particular. Como categoria, os funcionários do Governo são, atualmente, uma versão sofisticada dos trabalhadores à época em que os direitos trabalhistas apenas engatinhavam. E isso não é imaginação: pela CLT estão impedidos, por exemplo, de se sindicalizar, ficando privados, portanto, de exigir direitos previs-



Homero Santos é deputado federal, presidente da Comissão do Serviço Público da Câmara Federal. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara, desempenhou longa série de missões ao exterior, como parlamentar

tos nas próprias leis nacionais, como salários dignos e reconhecimento profissional.

Em recente sim-
pósio patrocinado pela Comissão de Serviço Público da Câmara dos Deputados, a qual tenho a honra de presidir, constatamos que a luta dos funcionários, tanto os estatutários como aqueles regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, é essencialmente voltada para a melhoria de seus vencimentos, quase sempre prejudica-

dos pelas variações da política econômica adotada pelo Governo. Se esse é um fator que atinge aos trabalhadores das empresas privadas — e também não há como negar essa realidade — pune duplamente os servidores da máquina administrativa estatal.

Como responsável pelos destinos da economia do país, o Governo quase sempre se vê na obrigação de segurar seus próprios gastos. Embora essa afirmativa nem sempre reflita a realidade se aplicada em certos setores da administração pública — especialmente nas estatais — via de regra é o que prevalece quando se pretende cortar despesas. Se os contribuintes são o lado mais fraco na relação entre o Governo e suas necessidades financeiras, podemos afirmar que os servidores públicos são justamente o instrumento utilizado para com-

provar a austeridade dos governantes. Afinal, quem duvidaria de um Governo que faz economia dentro da própria casa?

Portanto, não basta discutir as dificuldades e os problemas dos funcionários públicos. Antes, é preciso reconhecer-lhes o direito de participar na solução de questões que envolvem a própria existência de um grupo de cidadãos, colaboradores incansáveis no processo de modernização do país; depois, é necessário convocá-los para tomar parte da busca de um remédio eficaz, que os traga de volta à condição de segmento, também, responsável pela sustentação econômica, política e institucional de toda a Nação.

Os problemas existem, e estão aí para quem deles quiser tomar conhecimento. Tanto é assim que o ministro da Administração, Aluizio Alves, mostra-se sensível aos apelos da categoria, acumulados ao longo de algumas décadas. Reunindo sugestões recolhidas nesse mesmo tempo, propõe-se a definir as responsabilidades que devem nortear as atividades, os direitos e os deveres dos servidores públicos.

Essa não será, porém, a última palavra em torno do assunto. Caberá, antes, ao Congresso Nacional se manifestar sobre a modernização das relações do Estado e seus servidores. Questões como a do regime que deverá orientar essas relações, ou a do direito à sindicalização serão examinadas, nessa oportunidade — com toda a certeza —

sob a ótica do regime democrático que começou a florescer no país. Esse me parece o caminho mais curto e seguro para funcionários públicos alcançarem o patamar do salário justo.

Fora dele a categoria corre o risco de continuar pregando no deserto, pois não despertará os ouvidos sensíveis e interessados na solução dos seus problemas e, porque não dizer, das suas necessidades. Creio que juntos, Congresso Nacional e Servidores encontrarão o ponto de equilíbrio entre o Governo, suas responsabilidades como gestor do bem público e uma legislação que garanta o pleno funcionamento da máquina estatal, sem o sacrifício daqueles que a movimentam. ■

